

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**

**Local:** Ministério do Trabalho e Emprego

**Data:** 20 de outubro de 2009 - VIII Reunião.

1       Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e nove teve início à reunião, às nove horas e  
2       trinta e cinco minutos, do Conselho Nacional de Imigração, sob a Presidência do Sr. Paulo  
3       Sérgio de Almeida. Estiveram presentes: Sr. Paulo Sérgio de Almeida – Ministério do  
4       Trabalho e Emprego – MTE-; Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida – Ministério do Trabalho e  
5       Emprego – MTE-; Sr. Luciano Pestana – MJ-; Sr. Ralph Peter Henderson – Ministério das  
6       Relações exteriores – MRE-; Sr. Osório Vilela Filho - Ministério da Agricultura, Pecuária e  
7       Abastecimento-; Sr. Paulo César Lourenzatto – Ministério da Saúde – MS-; Sra. Lídia  
8       Miranda de Lima – Ministério da Ciência e Tecnologia-; Sr. Elias Ferreira – Força Sindical-;  
9       Sr. Valdir Vicente de Barros – União Geral dos Trabalhadores-; Sr. José Ribamar Dantas –  
10      Central Geral dos Trabalhadores do Brasil-; Sra. Christina Aires Lima – Confederação  
11      Nacional da Indústria – CNI-; Sra. Marjolaine Bernardete Julliard Tavares do Canto –  
12      Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo – CNC-; Sra. Tatiana  
13      Cardoso – Confederação Nacional do Transporte-; Sr. Roque de Barros Laraia – Sociedade  
14      Brasileira para o Progresso da Ciência. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida deu início à reunião,  
15      às nove horas e trinta e cinco minutos, informando acerca da realização da IX Conferência  
16      Sul-Americana de Migrações nos dias 21 e 22 de setembro na cidade de Quito, no Equador.  
17      Enfatizou que essa conferência tem um peso importante para o continente na medida em que  
18      é o foro em que os países fazem um intercâmbio de conhecimentos, de experiências, de  
19      políticas, além disso explicita a posição dos países frente aos principais temas migratórios da  
20      atualidade. Este ano também foi aprovada uma “Declaração” nessa IX Conferência, a qual é  
21      recomendável a leitura pelos conselheiros/as já que é um dos principais documentos que  
22      norteiam as políticas migratórias da região, dentro da própria região, e também frente aos  
23      nossos nacionais no exterior. Nesse “Documento” há a preocupação dos países sul  
24      americanos com a direção que está tomando a política européia comum em matéria  
25      migratória, o tema da diretiva do retorno, o qual já suscitou reiteradamente o  
26      descontentamento da região, e os impactos que essa política possa vir a ter sobre os  
27      nacionais da América do Sul no exterior. Houve um ponto específico sobre a lei de  
28      segurança da Itália, que também tem sido objeto de comentários em reuniões anteriores do  
29      CNIg e tem demonstrado preocupação com os rumos que vêm sendo tomado pelo governo  
30      italiano em relação à política migratória, a questão da criminalização dos migrantes, a  
31      recente lei aprovada que criminaliza como delito a migração irregular e a criação de  
32      patrulhas formada por civis em busca de imigrantes. São fatos que preocupam, que são  
33      contrários à tradição de proteção dos direitos humanos no continente europeu e,  
34      principalmente, contrários aos principais instrumentos internacionais de proteção e defesa  
35      dos direitos humanos. Houve menção ao governo da França, que está impondo um duplo  
36      visto para alguns países da região, mediante a exigência de um visto de trânsito  
37      aeroportuário em adição ao visto Schengen, o que não afeta aos brasileiros, mas afeta muitos  
38      cidadãos sul-americanos. Por outro lado, há a perspectiva de que o governo dos Estados  
39      Unidos leve a cabo uma reforma migratória integral, menos restritiva, reconhecendo mais a  
40      contribuição dos migrantes para o desenvolvimento americano. O Presidente Paulo Sérgio

41 informou que a Declaração de Quito está disponível na página eletrônica do Ministério do  
42 Trabalho e Emprego. Mencionou ainda que a Conferência Sul Americana de Migrações de  
43 2010 será na Bolívia, mas haverá uma reunião chamada interseccional, ou seja, uma reunião  
44 preparatória no início de 2010 que poderá ser em outro país. O Presidente Paulo Sergio  
45 informou sobre a realização nos dias 15 e 16 de outubro no Rio de Janeiro da II Conferência  
46 das Comunidades Brasileiras no Exterior, que é chamada de Conferência Brasileiros no  
47 Mundo. Mencionou que todos os conselheiros receberam convite para estarem nessa  
48 conferência. Este é talvez o principal momento das comunidades brasileiras no exterior em  
49 relação ao Estado brasileiro. Essa conferência conseguiu trazer para o Brasil mais de 80  
50 brasileiros emigrantes de todo o mundo e foi um debate muito rico, muito importante em se  
51 definiu e aperfeiçoou o mecanismo de representação das comunidades em relação ao Estado,  
52 ou seja, se quer definir uma forma de eleger, que as comunidades elejam representantes para  
53 que funcionem como os legítimos interlocutores oficiais dessas comunidades junto ao  
54 Estado. Então esse processo foi aperfeiçoado durante essa conferência e se delimitou em  
55 trinta e dois o número de brasileiros/as (dezesesseis titulares e respectivos suplentes) que vão  
56 representar todas as comunidades brasileiras no exterior junto ao Estado. A eleição ocorrerá  
57 em maio de 2010. Houve a dissolução do conselho provisório que funcionava junto ao  
58 MRE. O Presidente Paulo Sergio informou que fez algumas ponderações nessa Conferência  
59 já que há um processo de incorporação de representação de comunidades brasileiras no  
60 exterior no CNIg, especialmente porque a maioria dessas pessoas são trabalhadores e  
61 trabalhadoras. Recordou que já houve um debate extenso no CNIg sobre essa questão e que  
62 isso foi muito considerado no encaminhamento pelo Governo do projeto de lei sobre  
63 migrações, no qual está prevista a criação do Conselho Nacional de Migração, que terá  
64 competências nos temas da imigração e da emigração que naturalmente contará com alguma  
65 representação de pessoas que emigraram para que se possa ter um debate mais profícuo,  
66 mais conectado com a realidade dessas pessoas. Então isso foi pontuado na Conferência e  
67 levado em conta nos debates para que não houvesse a criação de um duplo canal de  
68 representação e uma interferência entre um conselho e outro. Então fora essa questão da  
69 representatividade também houve debate intenso em várias áreas, educação, saúde, cultura,  
70 trabalho, previdência, sendo um debate muito importante. É um debate que fortalece as  
71 nossas comunidades no exterior e também fortalece a atenção a essas comunidades dentro  
72 do governo brasileiro porque mobiliza várias áreas de governo. Os conselheiros Rinaldo,  
73 Ribamar, Marjolaine e Paulo Lourenzatto estiveram presentes. O Presidente Paulo Sergio  
74 reportou também que nos dias 12 e 13 de outubro foi realizado o II Seminário sobre Livre  
75 Circulação de Trabalhadores e Trabalhadoras no âmbito do MERCOSUL, em  
76 Montevidéu/Uruguai que é o país na presidência do MERCOSUL. Informou ter sido um  
77 debate importante porque há um processo de construção de uma cartilha chamada “Como  
78 Trabalhar nos Países do MERCOSUL”, que visa a orientação e a informação dos  
79 trabalhadores dos quatro países, para que saibam as possibilidades de circulação entre os  
80 quatro países e que direitos e deveres são titulares em cada um desses países, que têm  
81 legislações trabalhistas e previdenciárias distintas. Além disso, o seminário foi importante  
82 no avanço da construção do que é denominado “Plano Regional para a Livre Circulação de  
83 Trabalhadores e Trabalhadoras” que é uma ambição do Subgrupo de Trabalho 10, que atua  
84 nos temas trabalho e seguridade social, visando assegurar a livre circulação de trabalhadores  
85 e a identificação dos principais obstáculos a essa circulação para a construção de um plano  
86 para, dependendo do obstáculo, a curto, a médio ou a longo prazo, superá-lo e avançar com  
87 o objetivo da livre circulação de trabalhadores. Houve ainda um debate importante sobre

88 certificação e formação profissional, no qual há uma diversidade de procedimentos em cada  
89 país, gerando que, muitas vezes, um trabalhador que atua em uma determinada ocupação na  
90 Argentina, por exemplo, vem para o Brasil e não consegue exercer a profissão ou porque o  
91 Brasil não tem uma certificação ou não reconhece aquela certificação. Esse é um dos  
92 principais gargalos para a livre circulação de trabalhadores e a idéia é estabelecer  
93 mecanismos de comunicação entre os países para facilitar a formação e a certificação  
94 profissional. O Sr. Ralph Henderson apontou que a Bolívia não tinha ainda promulgado o  
95 Acordo de Residência do MERCOSUL. O Presidente Paulo Sérgio registrou sua  
96 preocupação com esse fato e indicou que seria importante uma campanha de esclarecimento  
97 acerca da anistia brasileira. O Conselheiro Ralph Henderson apontou que o Acordo de  
98 Residência para nacionais do MERCOSUL embutia uma anistia e que explicitava que  
99 poderia se beneficiar do Acordo a qualquer momento independente de situação migratória.  
100 O Presidente Paulo Sérgio indicou a relevância do tema dos pequenos empresários  
101 beneficiados pelo Acordo de Residência do MERCOSUL e que não podiam se registrar  
102 como empresários no Brasil. Apontou que o Departamento Nacional do Registro do  
103 Comércio (DNRC) havia expedido uma Instrução Normativa interpretando o acordo  
104 bilateralizado com a Argentina, garantindo que a residência provisória de dois anos  
105 concedida com base nesse Acordo autorizaria aos migrantes a serem donos de comércio. É  
106 preciso, portanto, que a Instrução Normativa do DNRC, com a vigência plena do Acordo,  
107 possa valer para todos os países. Destacou ainda o relatório do PNUD, com a indicação de  
108 que a migração tem sido uma força positiva que contribui para o desenvolvimento  
109 econômico, social e humano dos países receptores. O relatório aponta a existência de 740  
110 milhões de imigrantes que se deslocariam dentro do próprio país. Então a migração interna é  
111 muito maior que a migração internacional. E dos cerca de 217 milhões de migrantes  
112 internacionais, somente 30% emigram de países pobres para os países ricos. Então é uma  
113 constatação muito interessante. A maioria migra de um país em desenvolvimento para outro  
114 em desenvolvimento. A migração entre países ricos é somente 10% do total. Aponta ainda  
115 que o relatório recomenda seis reformas: abertura de mais canais de entrada para mais  
116 trabalhadores, sobretudo os menos qualificados; assegurar a proteção dos direitos humanos  
117 básicos dos imigrantes; reduzir as despesas que os migrantes tem que custear com a  
118 migração, como documentos, vistos etc; encontrar soluções em parceria que beneficiem as  
119 comunidades de destino e os migrantes; e, ainda, facilitar a migração interna. Faz menção ao  
120 crescimento dos imigrantes no total da população de vários países desenvolvidos, como por  
121 exemplo, os Estados Unidos, onde o total da população migrante aumentou desde 1960 para  
122 14,2 % do total da população americana. Na Europa o número de migrantes situa-se teve um  
123 crescimento forte e hoje está no patamar de 9,7% do total da população. O PNUD também  
124 chama atenção para o peso da reunificação familiar nesse crescimento, que corresponde a  
125 70% do fluxo para os Estados Unidos. Outro dado importante é que 63% dos africanos que  
126 emigram vão para a própria África. 65% dos asiáticos também migram dentro da Ásia e 69%  
127 migram dentro da Europa, principalmente migração interna oriunda do Leste Europeu e dos  
128 novos países que integram a União Européia. A América Latina é uma exceção, apenas 13%  
129 dos emigrantes mudam-se para outros países da região, é uma exceção dentro dessa lógica  
130 de migração dentro da própria região. Em termos de remessas, o relatório aponta que em  
131 2008 totalizaram 308 bilhões de dólares, mas agora em função da crise econômica a  
132 projeção que se faz é que caia para 293 bilhões de dólares em 2009. Alguns países têm nas  
133 remessas o principal componente de seu PIB, a exemplo de Moldova e Tadjiquistão, em que  
134 as remessas correspondem a 45% e 38% do PIB, respectivamente. Informou ainda acerca do

135 andamento do projeto da casa do trabalhador brasileiro no Japão e indicou satisfação com o  
136 empenho do MRE no assunto. A Sra. Marjolaine Tavares informou sobre sua participação  
137 na Conferência Brasileiros no Mundo, indicando ter ficado satisfeita com os debates e  
138 enfatizando o acerto do tratamento que o CNIg vem dando à questão dos brasileiros no  
139 exterior, não somente na sua dimensão como trabalhadores e titulares de direitos humanos,  
140 mas também porque são muito ativos do ponto de vista econômico enviando anualmente  
141 mais de sete bilhões de dólares ao Brasil. O Presidente Paulo Sérgio acrescentou sobre a  
142 Conferências Brasileiros no Mundo que a Rede de Brasileiros e Brasileiras no Exterior havia  
143 entregado ao MRE o Documento de Barcelona contendo as demandas da comunidade. Outro  
144 fato importante é que na fala do Ministro Celso Amorim, ele toca em um ponto que esse  
145 conselho tem se debruçado, que é o tema do retorno dos brasileiros e brasileiras que, em  
146 função da crise, e da mudança do Brasil para uma situação de melhor com maior oferta de  
147 emprego, tem ocorrido em algum volume muito maior. O Chanceler falou nisso e, inclusive,  
148 mencionou que teria uma conversa com o Ministério do Trabalho sobre isso. Essa  
149 observação é interessante porque ele relacionou iniciativas de retorno com geração de  
150 emprego no Brasil e com a articulação para que as pessoas possam ser reinseridas no  
151 mercado de trabalho. O Conselheiro Ralph Henderson indicou que países menores que o  
152 Brasil tratavam o tema das migrações com ministérios próprios, coordenando programas de  
153 assistência e de retorno. Ressaltou a importância de se ter estatísticas precisas para tratar do  
154 assunto. O Sr. Orlando Fantazzini, representante do IMDH concordou com o conselheiro  
155 Ralph, considerando fundamental a criação de uma possibilidade da interlocução entre os  
156 brasileiros e o próprio Estado brasileiro. Isso é um grande avanço e vai se aprimorar no  
157 decorrer do tempo. Considera que o Conselho tem que se preocupar em conhecer outras  
158 experiências, citou a Itália que tem praticamente um ministério, o Equador, o  
159 México, exemplos que poderiam contribuir para formar um juízo de valor de qual o melhor  
160 sistema para atender a situação dos brasileiros. Considera que o conselho, com a aprovação  
161 da nova lei de migrações, é quem vai fazer essa proposta. Considera que o conselho tem  
162 todas as condições e competências para a propositura de políticas públicas e a constituição  
163 sinaliza que as políticas públicas serão definidas com a participação da sociedade e este  
164 conselho é extremamente representativo da sociedade. Informou que trouxe um exemplar  
165 para cada conselheiro do livro “Trajetórias Interrompidas”, sobre os cidadãos brasileiros  
166 deportados e não admitidos. O Presidente Paulo Sergio anunciou a presença do novo  
167 representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Sr. Edilberto Sastre  
168 representante da OIT, cumprimentou a todos e informou a intenção da instituição de  
169 permanecer na discussão das migrações. O Sr. Aldo Cândido, Coordenador do Conselho  
170 Nacional de Imigração, observou que a ata da reunião anterior não foi enviada porque ainda  
171 estava em processo de revisão devido a problemas verificados. O Presidente Paulo Sergio  
172 passou então a aprovação da agenda provisória, tendo sido aprovada por consenso. Passou,  
173 então a palavra à Sra. Bárbara Cardoso que passou a relatar os projetos da OIM relacionados  
174 ao Brasil, apontando que estava acompanhada por dois colegas, Marta Bronze, da OIM de  
175 Portugal, e coordenadora dos projetos do escritório da OIM em Portugal, em especial do  
176 programa de retorno voluntário assistido, que é o tema da apresentação; e também o inspetor  
177 Paulo Leitão Batista, que é Sub-Diretor Regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de  
178 Portugal (SEF) que é parceiro da OIM no programa de retorno que é implementado em  
179 Portugal. Informou que apresentaria duas iniciativas da OIM relacionadas aos temas do  
180 retorno voluntário assistido e reintegração. Informou que começaria explicando em linhas  
181 gerais como esse tema é tratado na OIM e depois passaria a palavra a Marta que explicará

182 em detalhes como funciona o programa de Portugal e o novo componente neste programa,  
183 que é o da formação de uma rede de apoio no Brasil. Em seguida passaria a palavra ao  
184 inspetor Paulo que também faria uma breve apresentação sobre como esse assunto é tratado  
185 na legislação de Portugal, em especial quanto ao retorno voluntário e a reintegração.  
186 Prosseguiu com a apresentação acerca da OIM e indicou que o tema do retorno voluntário é,  
187 na verdade, considerado por vários governos e pela própria OIM como uma opção  
188 privilegiada, ou seja, uma forma mais humana e digna de retorno de estrangeiros aos seus  
189 países de origem. Nos últimos dez anos a OIM prestou assistência a mais de 740 mil  
190 migrantes para mais de 160 países. Indicou que os programas são divididos entre os  
191 programas gerais e os específicos. Os programas de retorno voluntário “gerais” são aqueles  
192 que não têm um grupo-alvo específico e tampouco um país específico. É um programa que  
193 beneficia quaisquer estrangeiros em situação irregular, solicitantes de asilo, estrangeiros em  
194 situação de vulnerabilidade independentemente da sua nacionalidade. É o caso, por exemplo,  
195 do programa que hoje é implementado pelos escritórios da OIM em Portugal, Reino Unido,  
196 Irlanda, Bélgica e outros. Existem ainda os programas específicos que são programas de  
197 assistência de retorno voluntário e assistência a vítimas de tráfico de pessoas. Então é um  
198 programa que enfoca o grupo-alvo determinado. Há ainda programas que são integrados, ou  
199 seja, que incluem além da assistência ao retorno também outras atividades como pesquisa,  
200 estudos e investigação. Um dos mais recentes desses programas, inclusive, previa a  
201 realização de um estudo sobre as comunidades brasileiras no exterior, em três países:  
202 Bélgica, Irlanda e Portugal. Enfatizou que trataria do programa de Portugal. A Sra. Marta  
203 Bronze prosseguiu informando acerca da parceria entre OIM Buenos Aires e OIM Portugal,  
204 apontando que as atividades de retorno haviam começado em 1997 com um protocolo piloto  
205 que havia crescido ao longo dos anos, especialmente entre 2006 e 2007 quando o programa  
206 passou a ser co-financiado pela União Européia. Esse processo chega em 2009 com uma  
207 verba consistente e com uma estratégia integrada e diversificada para apoiar a integração,  
208 buscando focar mais no apoio à integração porque o apoio ao retorno sempre foi  
209 desenvolvido. Com mais recursos, o número de beneficiários foi aumentado e foi possível  
210 investir mais nas atividades de apoio à reintegração. Então, em 2008/2009 o programa prevê  
211 atividades de apoio à reintegração que começam na fase pré-partida, por meio de um  
212 aconselhamento específico, passando por um apoio financeiro flexível e individualizado que  
213 já é maior, chegando a mil e cem euros por beneficiário; e continuando com o  
214 acompanhamento pós-chegada que a atividade em que se busca trabalhar agora. O programa  
215 tem como parceiros a OIM, o SEF, sempre sendo o parceiro privilegiado e o financiamento  
216 da União Européia através dos fundos de regressos 2008/2009. O programa beneficia todos  
217 os estrangeiros sejam regulares, irregulares, requerentes de asilo, refugiados, desde que não  
218 sejam nacionais da União Européia, já que o programa não é aplicável para retornos dentro  
219 da União Européia. O que interessa para o apoio do projeto de retorno é a situação  
220 vulnerável dessas pessoas. E em geral quem procura o programa está em situações  
221 vulneráveis, casos de vulnerabilidade social, econômica, precariedade, ou uma mãe com  
222 muitos filhos, casos que se reconhecem na fase de aconselhamento. O programa baseia-se  
223 em quatro pilares fundamentais: a informação, ou seja, fazer chegar a informação a quem  
224 precisa, pois o objetivo não é estimular ou promover o retorno das pessoas. O trabalho de  
225 disseminação é feito por vários canais, prevalentemente sociais, porque as pessoas que estão  
226 em situação vulnerável, são aconselhados ou encaminhados por entidades sociais,  
227 embaixadas, hospitais, centros de saúde, segurança social, associação de migrantes, centros  
228 locais de apoio ao migrante. O programa contempla uma rede muito extensa de pontos de

229 informação com mais de trinta pontos de informação e aconselhamento, que permite uma  
230 descentralização e chegar até a localidade mais afastada para não concentrar a informação  
231 em Lisboa onde é mais fácil chegar. O segundo passo é o aconselhamento que agora abrange  
232 não só o retorno, mas também a reintegração, fornecendo todos os elementos que a pessoa  
233 precisa para tomar uma decisão livre e informada sobre o retorno. Isso quer dizer que uma  
234 pessoa faz uma entrevista de retorno e depois se quiser desistir a qualquer altura pode  
235 desistir. Após há o apoio logístico, por meio da assistência na reserva e compra dos bilhetes,  
236 pago pelo programa, no apoio no aeroporto, no trânsito, até o destino final. Após a chegada  
237 começa o apoio no país de origem, o apoio à reintegração, que começa na fase de  
238 aconselhamento, mas que continua após a chegada. Por isso a OIM vem ao Brasil, para criar  
239 essa rede de parceiros locais aqui no Brasil. O que justifica esse enfoque específico para o  
240 Brasil? Os dados ao longo dos últimos três anos demonstram um aumento nos pedidos que  
241 chegam da comunidade brasileira em Portugal. Por exemplo, em 2006 os brasileiros  
242 representavam 50% do total. Em 2009, de janeiro à agosto os brasileiros já são 76% do total.  
243 Em 2008 foram 78%. Informou que, nos últimos dois anos, os retornos foram maiores para  
244 os estados de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo. A Sra. Bárbara Campos mencionou  
245 outros dois projetos que envolvem diretamente o Brasil. O primeiro é o projeto Enrico, um  
246 projeto multilateral que envolve vinte países de origem e nove países de acolhida, que tem  
247 por objetivo principal facilitar a troca de informações e o intercâmbio entre os escritórios da  
248 OIM, para que os escritórios que trabalham na parte de aconselhamento aos migrantes, ou  
249 seja, os escritórios da OIM nos países de acolhida possam proporcionar informação  
250 atualizada e objetiva sobre retorno e sobre reintegração. O projeto dispõe de um website e  
251 uma base de dados que possibilitam esse fluxo constante de informação entre os escritórios.  
252 Esse projeto foi pensado com o objetivo de proporcionar informação precisa, atualizada e  
253 objetiva aos migrantes que têm interesse em voltar a seus países de origem. O Brasil é um  
254 dos vinte países de origem contemplados nessa fase do projeto. Além do projeto Enrico, há  
255 outra iniciativa relacionada à formação de uma rede de parceiros no Brasil. O escritório da  
256 OIM em Buenos Aires, responsável pelo Brasil, é também o responsável por organizar todas  
257 as atividades de reintegração dos brasileiros que são assistidos pela OIM. A idéia é começar  
258 a trabalhar com uma rede de parceiros local. É certo que há algum tempo a OIM trabalha em  
259 colaboração com o Instituto Migrações e Direitos Humanos, mas considerando a  
260 possibilidade aberta com o projeto de Portugal, a idéia é ter um parceiro identificado em  
261 cada um dos estados de retorno mais freqüente no Brasil para que nossos parceiros possam  
262 acompanhar e avaliar diretamente e periodicamente os projetos de reintegração que são  
263 implementados pelos beneficiários. Essa ajuda financeira que é dada hoje, pontualmente, aos  
264 beneficiários do programa deve estar em um marco mais geral. Ou seja, a idéia é como  
265 transformar essa ajuda à reintegração de forma a ser parte de um projeto maior de  
266 desenvolvimento local. Como transformar esses projetos individuais de reintegração em  
267 estratégias de desenvolvimento local, de forma que a reintegração possa também estimular e  
268 contribuir o desenvolvimento das comunidades de retorno dessas pessoas. O Sr. Paulo  
269 Batista agradeceu a oportunidade de se dirigir ao CNIg a convite da OIM. Informou que  
270 representa o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que é a autoridade migratória de  
271 Portugal, controlando a entrada e a permanência de estrangeiros no país. Mencionou que a  
272 OIM desenvolveu este projeto e há muito tempo colabora com o SEF nos projetos de retorno  
273 voluntário. Esclareceu que esse programa abrange as pessoas com afastamento voluntário,  
274 ou seja, aquelas situações em que a pessoa por vontade própria quer abandonar o país e não  
275 tem condições. Está afastado o retorno forçado. Esse programa é apenas para retorno

276 voluntário. Explicitou que Portugal era, há apenas algumas décadas, um país de origem e por  
277 causa dos movimentos migratórios, os portugueses estão também, como os brasileiros hoje,  
278 espalhados pelo mundo e nos últimos anos, nas últimas décadas houve um processo de  
279 fixação de estrangeiros no território português, passando Portugal a ser um país de  
280 acolhimento. A migração oriunda do Brasil tem laços históricos que levam os portugueses  
281 ao Brasil, mas na verdade isso cresceu muito na última década. Atualmente a comunidade  
282 brasileira é a mais representativa com um total de quase 107 mil imigrantes. São dados de  
283 2008, hoje serão mais, já que é estimado que no final e 2009 os brasileiros em Portugal serão  
284 mais de duzentos mil. Isso representa um quarto dos imigrantes estrangeiros fixados em  
285 Portugal. Não vou perder muito tempo, é logo visível essa situação. Quase metade dos  
286 pedidos de autorização de residência em 2008 foi de brasileiros. Na União Européia não é  
287 fácil, no entanto, a legislação dos estrangeiros em Portugal manteve um dispositivo para  
288 regularizar imigrantes que estejam no país desde que comprovem que trabalham. A cada  
289 ano, de quinhentos a seiscentos imigrantes em dificuldades procuram a OIM para abandonar  
290 o país. As pessoas detectadas em situação migratória irregular são notificadas a abandonar  
291 voluntariamente o território nacional em um prazo de dez a vinte dias, o qual pode ainda ser  
292 prorrogado. Ao estrangeiro que não é da União Européia, evidentemente, é dada a  
293 oportunidade de abandonar voluntariamente o país se não tiver condições de se manter,  
294 porque se tiver é encaminhado no sentido de se regularizar. Esta notificação não tem um  
295 caráter coercivo ou intimidatório, sendo antes um alerta para que o cidadão tenha  
296 consciência de sua situação e abandone o país, evitando assim o afastamento coercivo, a  
297 expulsão. É dentro disso que está a colaboração com a OIM. O SEF mantém desde alguns  
298 anos uma parceria com a OIM visando o apoio ao retorno voluntário dos estrangeiros que se  
299 encontrem em situação de carência econômica, custeado pelo Estado Português. No projeto  
300 atual há um orçamento maior - os anteriores tinham um orçamento mais limitado e por vezes  
301 ocorria a paralisação porque a OIM não dispunha de mais verbas. O Conselheiro José  
302 Ribamar agradeceu as apresentações e a possibilidade de conhecer o tratamento dado ao  
303 estrangeiro pelo Governo Português, recordando visita feita pelo CNIg à Portugal em 2007.  
304 Elogiou a iniciativa da OIM e indicou que o CNIg poderia ser um parceiro na  
305 implementação do projeto, já que o tema do retorno havia ganho uma dimensão muito maior  
306 mais recentemente. A Sra. Marta Bronze indicou que o grande desafio é conseguir  
307 maximizar o impacto deste apoio financeiro, superar a abordagem individual, maximizando  
308 a contribuição a nível local. Essa integração individual deveria estar conectada com as  
309 políticas locais de desenvolvimento, para que os migrantes possam contribuir com o  
310 desenvolvimento local da sua região de origem. Eles não precisam ser qualificados, eles têm  
311 um patrimônio consigo, têm uma idéia de projeto, tem os contatos, eles também podem  
312 participar do desenvolvimento local, mas também para ultrapassar esse tipo de dificuldade e  
313 para perceber quais são os potenciais empresariais daquela região é que a reintegração  
314 empresarial era a maior parte dos casos em Portugal e que essas pessoas poderiam ter  
315 orientação para seus projetos de retorno. A Conselheira Marjolaine Tavares afirmou que o  
316 SEBRAE era grande parceiro e que tinha programa específico para o Japão, focando em  
317 brasileiros que estariam retornando. A Sra. Bárbara Cardoso apontou que a capilaridade do  
318 SEBRAE o faria um parceiro perfeito. O Sr. Edilberto Sastre da OIT indicou que colocar a  
319 questão do retorno em termos de desenvolvimento local como elemento do projeto parece  
320 fundamental, porque há um perigo muito grande no sentido de pulverizar recursos  
321 individualmente. São micro-projetos como, por exemplo, abrir um salão de beleza, uma  
322 manicure, coisas do tipo, que em princípio se colocam como desejos imediatos de solução de

323 uma coisa que é muito maior do que o próprio projeto. A resolução do problema econômico  
324 individual passa por questões estruturais muito mais complexas, e por isto a necessidade de  
325 fato de colocá-lo na dimensão do desenvolvimento da comunidade local. É muito  
326 interessante pensar, por exemplo, na questão do fluxo econômico deste dinheiro que vem de  
327 fora, no sentido de um arranjo produtivo local, que talvez seria uma ousadia conceitual, no  
328 sentido de pensar que há um fluxo de dinheiro que vem de fora para dentro via os  
329 imigrantes. E é neste aspecto que entram os governos locais, os órgãos federais que lidam  
330 com esta questão do desenvolvimento local, o Ministério da Integração, o Ministério do  
331 Desenvolvimento Social, por exemplo. O que implica então outras estratégias e um cuidado  
332 muito maior em como distribuir este dinheiro e como concentrá-lo e de fato fazer  
333 investimentos que tenham um impacto muito mais profundo, embora não tão imediato, nas  
334 economias locais. O Sr. Orlando Fantazzini acompanhou vários casos de retornados e  
335 sempre esbarram em alguns problemas, como, por exemplo, exigir a abertura de firma. Só o  
336 que o retornado pagará de tributos, o recurso desaparece. Claro que não se pode estimular  
337 que as pessoas vivam na informalidade, então é preciso encontrar outras formas e a proposta  
338 do representante da OIT é extremamente interessante, porque ela sai do campo do  
339 individualismo e passa para o associativismo, o cooperativismo, para formalizar alguma  
340 coisa. Não se pode perder de vista que, embora o SEBRAE seja um grande parceiro, as  
341 prefeituras são de grande importância, porque o cidadão está inserido no município, que é o  
342 ente que tem o melhor conhecimento do tipo de desenvolvimento que pode se ter. O Sr.  
343 Paulo Sérgio de Almeida agradeceu as apresentações dos representantes da OIM e do  
344 representante do SEF. Informou que é necessário haver uma política mais ampla em termos  
345 de apoio aos migrantes que retornam e buscam sua reintegração à sociedade. Uma política  
346 que seja articulada. Lembrou que o Ministério do Trabalho e Emprego está desenvolvendo  
347 um projeto piloto em São Paulo em relação aos imigrantes que retornam do Japão, no  
348 sentido de atendê-los e orientá-los em sua reintegração, enfatizando a reinserção no mercado  
349 de trabalho. É preciso avançar para políticas que articulem a necessidade do imigrante em  
350 abrir um pequeno negócio, em desenvolver iniciativas empresarias, em uma perspectiva de  
351 integração do Governo Federal com os Governos locais. Não se pode pensar em uma  
352 política de reintegração efetiva, sem que isto esteja incluído nos programas de  
353 desenvolvimento municipal, regional e estadual. Porque sem isto não há sustentabilidade. E  
354 muitas vezes um retorno mal sucedido pode significar impactos sociais para o país de  
355 origem, mas pode também significar uma re-emigração, em que a pessoa perde tudo e quer  
356 voltar para tentar acumular novamente, principalmente em regiões onde não há outra  
357 perspectiva de desenvolvimento senão o fenômeno migratório. O Presidente Paulo Sérgio  
358 defendeu que a migração por si só não é um fator que vá por si mesmo levar ao  
359 desenvolvimento local. É preciso que isto esteja integrado em planos mais amplos do  
360 desenvolvimento da própria região. Apresentação do relatório do Grupo de Trabalho que  
361 acompanha o cenário internacional e a necessidade de novas políticas. O Conselheiro  
362 Rinaldo Almeida apontou que o ponto forte da discussão do Grupo de Trabalho foi  
363 exatamente o que se discutiu até agora, ou seja, o tema do retorno. Pontuou que o Presidente  
364 do CNIg lembrou bem que o grupo de trabalho começou no auge da crise econômica.  
365 Iniciou-se um acompanhamento praticamente mês a mês do movimento dos vistos de  
366 trabalho que, de alguma maneira, espelham a retomada e a capacidade do Brasil, de fazer  
367 frente a esta crise, e recentemente os números do mês de setembro reforçam muito algo que  
368 já vinha sendo sinalizado, de que o Brasil já retomou seu crescimento, e a geração de  
369 emprego vem a cada mês se solidificando. A própria atividade econômica e a indústria



370 começam a dar sinais de que esta retomada é cada vez mais consistente. Neste período, a  
371 questão do tratamento aos retornados também foi cada vez mais ganhando espaço, sendo o  
372 grande ponto da discussão no grupo de trabalho. É preciso ressaltar a importância deste  
373 Conselho no sentido de buscar congregar os diversos atores interessados e de fornecer os  
374 melhores elementos para decisões políticas com relação a estes retornados. Relatou que  
375 chamou atenção, na discussão, o comentário do Professor Duval sobre uma pesquisa que  
376 está sendo feita em dois municípios do estado de Minas Gerais, dentre os quais os atuais  
377 prefeito e vice-prefeito são ex-imigrantes. O Sr. Duval Magalhães Fernandes da Comissão  
378 Nacional para População e Desenvolvimento – CNPD indicou que essa pesquisa é na região  
379 de Teófilo Otoni e na região de Poços de Caldas, em duas cidades em que o volume de  
380 população é praticamente o mesmo: 14 mil habitantes, uma à trinta quilômetros de Teófilo  
381 Otoni e outra também à mais ou menos trinta quilômetros de Poços de Caldas. Há,  
382 entretanto, uma grande diferença entre essas cidades: Botelhos está na posição 69 ou 70 do  
383 IDH de Minas Gerais e Cortês está na posição 600, ou seja, é quase um dos últimos. Mas nas  
384 duas cidades há pelo menos uma pessoa em cada família que já viveu ou foi viver fora do  
385 Brasil. Isto faz praticamente parte do universo da cidade em termos de migração. E a  
386 pesquisa é trabalho de levantamento do retorno nestas duas regiões, com cerca de duzentos e  
387 vinte questionários. Efetivamente, nestas duas cidades, o retorno é bem claro, mas em uma  
388 delas, Botelhos, as remessas representam 10% do PIB do Município que tem uma atividade  
389 econômica forte. Ainda assim, representa 10% do PIB da cidade. Um elemento levantado  
390 junto ao Banco do Brasil é que agora está havendo a “remessa da remessa”, isto é, as  
391 famílias dos migrantes estão mandando recursos de volta para garantir a permanência de  
392 algumas pessoas nos Estados Unidos, para que elas não retornem ao Brasil. Estas duas  
393 cidades são formadas de redes. No caso de Botelhos, as pessoas migram para uma  
394 determinada cidade dos EUA, formando quase uma ligação direta. A Prefeitura de Botelhos  
395 percebeu o retorno dos migrantes e sua importância para a cidade e está montando um  
396 distrito industrial, em cuja franja reservou pequenos lotes para as pessoas que estão  
397 retornando e querem montar um investimento. O Conselheiro Rinaldo Gonçalves de  
398 Almeida destacou a importância dessa pesquisa e o papel das prefeituras de locais onde  
399 existem brasileiros retornados do exterior, exemplos de prefeituras estão cedendo lotes e  
400 áreas industriais ou não industriais, mas especialmente voltadas para retornados. Nesta área  
401 poderá haver vários retornados que trabalharão juntos, com um investimento da prefeitura  
402 possibilitando que haja uma comercialização, meios de transportes, etc. No Grupo de  
403 Trabalho pensou-se que a questão dos retornados é, de fato, um ponto a ser desenvolvido, a  
404 ser construído com a possibilidade de se buscar também uma articulação entre os diversos  
405 órgãos do Executivo Federal que tem uma vinculação com este tipo de política, como o  
406 Ministério do Desenvolvimento Social, os Ministérios da Educação e da Previdência Social.  
407 Foi também comentado um estudo feito em Governador Valadares, neste ano, da  
408 pesquisadora Sueli que, neste primeiro semestre, fez 398 entrevistas e identificou que 18%  
409 dos entrevistados já tinham condição de viver de alguma renda proveniente dos recursos que  
410 foram remetidos para o Brasil, 51% destes brasileiros que retornaram as suas cidades,  
411 tinham recursos, mas não sabiam como aplicar, buscavam esta informação, mas corriam o  
412 risco de perder estes recursos; e 21% voltavam sem renda. Então, para o Grupo de Trabalho,  
413 possivelmente esta primeira leva de retornados seja composta pelos que estavam há mais  
414 tempo no exterior e conseguiram ter uma visão mais empresarial deste processo, voltando  
415 em condições melhores. Entretanto, há também um número grande de brasileiros que foram  
416 para o exterior mais recentemente e que não acumularam recursos, e este é o público que o

417 Estado deveria estar mais atento, porque poderão retornar sem capital e sem saber o que  
418 fazer, o que é uma situação muito preocupante. Normalmente, os migrantes têm a  
419 perspectiva de sucesso, de sair da sua terra para voltar bem sucedido, mas quando voltam  
420 derrotados, sem capital, podem se tornar realmente pessoas de uma difícil reintegração. Por  
421 isso a importância de todas estas políticas em relação aos que regressam do exterior. O  
422 Conselheiro Rinaldo pontuou a importância do censo de 2010, já que levará em conta a  
423 questão da migração, então provavelmente a partir de 2011 existirão dados objetivos de  
424 quais são os países, quais são os municípios, quais são os pontos no Brasil onde estas  
425 pessoas estão retornando. O Presidente Paulo Sérgio agradeceu ao Conselheiro Rinaldo pelo  
426 relato e acrescentou que há vários indicadores que apontam que o tema do retorno dos  
427 brasileiros do exterior tem crescido de importância. O próprio Governo do Japão tem  
428 divulgado que mais de 40.000 brasileiros voltaram o que representa mais de 10% da  
429 comunidade brasileira no Japão. Seguramente há milhares de brasileiros que voltaram da  
430 Europa e dos Estados Unidos. Então é um tema que este Conselho poderia se dedicar com  
431 mais intensidade. Temos, entretanto, poucos dados. O caso Japão é atípico neste cenário,  
432 porque há a identificação da região do Brasil que está recebendo quem está voltando. Hoje a  
433 emigração brasileira está espalhada e todas as regiões do Brasil têm migrantes no exterior.  
434 Relatou que conhece pesquisas que indicam Rondônia como um estado de emissão, sendo  
435 que Rondônia é um estado de migrantes internos no Brasil. Houve uma diversificação do  
436 fenômeno migratório e não há ainda um quadro bem definido em termos de informações e  
437 dados precisos. O Presidente Paulo Sérgio mencionou que no ano passado, no Seminário  
438 “Diálogo Tripartite sobre Migrações e Políticas Migratórias”, uma das propostas  
439 apresentadas pelos participantes oriundos de Governador Valadares foi que o Brasil deveria  
440 definir seus “territórios migratórios”, ou seja, quais são as regiões onde a emigração é mais  
441 forte; e, então, definir um conjunto de políticas específicas para estes territórios. Há também  
442 a necessidade de envolvimento dos governos locais, dos governos dos estados,  
443 especialmente para que o fenômeno das migrações esteja inserido nas políticas de  
444 desenvolvimento, para que as remessas sejam tomadas em conta nos programas de  
445 desenvolvimento local, o capital social dos migrantes seja levado em consideração: o idioma  
446 que domina, um conhecimento novo que dispõe, uma capacidade de articulação com  
447 comunidades no exterior, que pode contribuir para desenvolver produtos que podem vir a  
448 serem exportados no futuro. O Grupo propôs o envolvimento da Secretaria Geral da  
449 Presidência na articulação dos movimentos sociais no Brasil, buscando o desenvolvimento e  
450 articulação de políticas, além do envolvimento de outros Ministérios, como o Ministério do  
451 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério das Cidades, em relação ao tema  
452 da habitação, o Ministério da Integração Nacional, que trata de políticas ligadas às regiões  
453 de nosso país, para que o Conselho, em conjunto com estes Ministérios e Movimentos  
454 Sociais possa desenvolver uma política mais global em termos de apoio e atenção a estes  
455 migrantes que estão retornando ao Brasil. Outros países têm políticas bem desenvolvidas,  
456 que inclusive poderiam ser conhecidas de forma mais detalhada, para que, por meio do  
457 diálogo social, possam ser construídas políticas mais abrangentes e efetivas em relação a  
458 estes brasileiros que estão voltando para nosso país. O Plenário do Conselho aprovou as  
459 indicações do Presidente Paulo Sérgio. Passando ao próximo ponto da agenda, o Presidente  
460 Paulo Sérgio indicou que a apresentação do GT de políticas de migração e proteção ao  
461 trabalhador migrante seria postergada para próxima reunião. Passou ao ponto referente ao  
462 GT sobre Migrações e Saúde, questionando acerca da volta ou não do grupo às suas  
463 atividades. O Conselheiro Paulo Lourenzatto, representante do Ministério da Saúde,

464 informou que ainda estava tomando conhecimento dos andamentos do Grupo com o  
465 representante anterior do Ministério da Saúde. Relatou reunião com a Presidência do CNIg  
466 sobre o futuro deste Grupo de Trabalho. Informou que o grupo fora constituído em 2007, e  
467 os tópicos seriam referentes aos problemas com o registro dos diplomas estrangeiros de  
468 médicos, problemas de falta de médicos em regiões no interior do país, e o problema da  
469 residência médica no Brasil por médicos estrangeiros. Registrou o interesse da continuidade  
470 dos trabalhos do Grupo, informando inclusive que o Ministério da Saúde enfrenta problemas  
471 judiciais em relação a médicos estrangeiros no Brasil. O Presidente Paulo Sérgio solicitou  
472 uma posição mais detalhada do Ministério da Saúde. Mencionou ainda a escolha da cidade  
473 do Rio de Janeiro para sediar as olimpíadas e para-olimpíadas de 2016, destacando o papel  
474 do CNIg que ofereceu garantias plenas da vinda de profissionais estrangeiros responsáveis  
475 pela realização dos jogos. Informou ainda sobre o III Seminário de Emigração Brasileira e  
476 Políticas Regionais em Governador Valadares. A Sra. Marjolaine Tavares informou sobre o  
477 jantar que a CNC oferecia ao conselho anualmente, indicando que o deste ano seria dia  
478 quatorze de dezembro. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida agradeceu o convite e indicou que  
479 além de confraternização o jantar servia para balanço das ações do ano. A Sra. Christina  
480 Aires levantou a questão do estágio e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para  
481 resolver a questão, dado o grande número de pedidos de estágios para estrangeiros. O Sr.  
482 Ralph Henderson indicou que a lei de imigração era clara na proibição do estudante realizar  
483 trabalho remunerado e que nesse ponto o Conselho não poderia atuar, por não poder mudar a  
484 lei. A Sra. Christina Aires apontou que o estágio geralmente não era remunerado, que  
485 poderia ser bolsa de pesquisa e o Sr. Ralph Henderson apontou que nesse caso não se  
486 infringia a lei. O Sr. Aldo Cândido apontou que segundo a legislação vigente o estudante  
487 estrangeiro poderia se candidatar a estágio. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida indicou que  
488 existia legislação nova sobre o estágio que poderia conflitar com o estabelecido pelo  
489 conselho, então sugeriu a criação de grupo de estudos para ponderar sobre a questão. a Sra.  
490 Christina Aires sugeriu reunião na CNI para a questão ser apresentada, sugestão que foi  
491 aprovada. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida encerrou as atividades para o almoço, às doze  
492 horas e cinquenta minutos, retomando os trabalhos, às quatorze horas e cinquenta e cinco  
493 minutos, para o julgamento de processos. A Sra. Marjolaine Tavares registrou que os  
494 processos do Cirque Du Soleil poderiam ser feitos ad referendum, por serem muito  
495 semelhantes e o Sr. Paulo Sérgio de Almeida indicou que isso seria levado em consideração,  
496 com apreciação prévia da secretaria do CNIg. Passou-se então à relatoria dos processos:  
497 **Processo 01, No: 46000.017639/2009-71**, Nome do Estrangeiro: Ricardo Javier Pichardo  
498 Lugo e dep, Chamante: Even Consultoria Ltda., País Venezuela, UF: BA, Tipo de Visto:  
499 Visto Permanente. Processo deferido por unanimidade. **Processo 02, No:**  
500 **46000.017638/2009-27**, Nome do Estrangeiro: Agustin Argenis Lizardo Nava e dep,  
501 Chamante: Even Consultoria Ltda, País Venezuela, UF: BA, Tipo de Visto: Visto  
502 Permanente. Processo deferido por unanimidade. **Processo 03, No: 46000.017637/2009-82**,  
503 Nome do Estrangeiro: Pedro Ernesto Ortega Gomez e dep, Chamante: Even Consultoria  
504 Ltda, País Venezuela, UF: BA, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo deferido por  
505 unanimidade. **Processo 04, No: 46000.022305/2009-10**, Nome do Estrangeiro: Dumitru  
506 Aprofirei, Chamante: Pan Marine Do Brasil Ltda, País Romênia, UF: RJ, Tipo de Visto:  
507 Temporário. Deferido condicionando ao atendimento dos requisitos da RN 80/2008.  
508 **Processo 05, No: 46000.022143/2009-10**, Nome do Estrangeiro: Jhon Williams Benitez  
509 Salazar, Chamante: Pan Marine do Brasil Ltda, País Colômbia, UF: RJ, Tipo de Visto:  
510 Temporário. Deferido condicionando ao atendimento dos requisitos da RN 80/2008,

511 **Processo 06, No: 46000.016889/2009-94**, Nome do Estrangeiro: Helga Olga Liselotte  
512 Blank Von Klipstein, Chamante: Luigi Blank, País Suíça, UF: PR, Tipo de Visto:  
513 Permanência Definitiva. Processo indeferido. **Processo 07, No: 46000.014638/2009-75**,  
514 Nome do Estrangeiro: Rasheed Mohammed Abualsamh, Chamante: Joyce Storkson Abou  
515 Alsamh, País EUA, UF: DF, Tipo de Visto: Permanência Definitiva. Processo deferido por  
516 unanimidade. **Processo 08, No: 46000.0.22152/2009-19**, Nome do Estrangeiro: Artur  
517 Alexandre Pimentel de Melo Cabral, Chamante: Hedi Costa de Oliveira, País Portugal, UF:  
518 RJ, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo indeferido. **Processo 09, No:**  
519 **08711.000625/2007-41**, Nome do Estrangeiro: Alessandro Pappagallo, Chamante: Olga  
520 Maria Santos de Souza, País Itália, UF: BA, Tipo de Visto: Permanência Definitiva.  
521 Processo indeferido. **Processo 10, No: 46000.018386/2009-53**, Nome do Estrangeiro:  
522 Alexandra Sernetz, Chamante: Daniel Philipp Glasner, País Áustria, UF: SP, Tipo de Visto:  
523 Temporário. Processo deferido por unanimidade. **Processo 11, No: 46000.015789/2009-41**,  
524 Nome do Estrangeiro: Edward Kamiel Georges Broodcooren, Chamante: Itelemedicall do  
525 Brasil Telemedicinas Ltda., País Bélgica, UF: SP, Tipo de Visto: Visto Permanente.  
526 Processo em Exigência. **Processo 12, No: 46000.022761/2007-06**, Nome do Estrangeiro:  
527 Gu Ziyun, Chamante: Lu Jin Ying, País China, UF: SP, Tipo de Visto: Permanência  
528 Definitiva. Processo deferido por unanimidade. **Processo 13, No: 46000.020086/2009-34**,  
529 Nome do Estrangeiro: Maria Dulce Pimentel de Melo Cabral, Chamante: Hedi Costa de  
530 Oliveira, País Portugal, UF: RJ, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo deferido por  
531 unanimidade. **Processo 14, No: 46000.012609/2009-79**, Nome do Estrangeiro: Paul  
532 Johannes Martens, Chamante: Hotel e Restaurante Martens Ltda., País Holanda, UF: SP,  
533 Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo deferido por unanimidade. **Processo 15, No:**  
534 **46000.012610/2009-01**, Nome do Estrangeiro: Bart Sebastiaan Martens, Chamante: Hotel e  
535 Restaurante Martens Ltda, País Holanda, UF: SP, Tipo de Visto: Visto Permanente.  
536 Processo deferido por unanimidade. **Processo 16, No: 46000.022140/2009-86**, Nome do  
537 Estrangeiro: Andrea Grainger, Chamante: Associação Criança Sem Lar, País Irlanda, UF:  
538 RJ, Tipo de Visto: Permanente. Processo deferido por unanimidade. **Processo 17, No:**  
539 **46000.011728/2009-12**, Nome do Estrangeiro: Jackie Lee Daughdrill e dep, Chamante:  
540 Transocean Brasil Ltda., País EUA, UF: RJ, Tipo de Visto: Temporário. Processo deferido  
541 por unanimidade. **Processo 18, No: 46000.015849/2007-63**, Nome do Estrangeiro:  
542 Armando Garzon Perez, Chamante: Ines Mafalda Campos Delascio, País Cuba, UF: SP,  
543 Tipo de Visto: Permanência Definitiva. Processo não relatado **Processo 19, No:**  
544 **46000.022235/2009-08**, Nome do Estrangeiro: Amiria Jane Manutahi Salmond, Chamante:  
545 Torsten Gerlach, País Nova Zelândia, UF: MG, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo  
546 deferido por unanimidade. **Processo 20, No: 08260.006811/2008-21**, Nome do  
547 Estrangeiro: Miguel Jorge Valente Esteves da Costa Lino, Chamante: Flavia Santana  
548 Bezerra, País: Portugal, UF: BA, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo indeferido.  
549 **Processo 21, No: 08508.008867/2008-70**, Nome do Estrangeiro: Felipe Chen Abrego,  
550 Chamante: Aparecida de Cássia Soares, País Panamá, UF: SP, Tipo de Visto: Visto  
551 Permanente. Processo deferido por unanimidade. **Processo 22, No: 46000.002273/2009-36**,  
552 Nome do Estrangeiro: Mary Carmen Peña Lumbreras, Chamante: José Manoel Sanchez  
553 Agrelo, País Peru, UF: SP, Tipo de Visto: Temporário. Processo Retirado de Pauta **Processo**  
554 **23, No: 46211.002551/2009-70**, Nome do Estrangeiro: Maria Adela Velasco Pazmino,  
555 Chamante: José Leonardo Ferreira, País Equador, UF: MG, Tipo de Visto: Permanência  
556 Definitiva. Processo deferido por unanimidade. **Processo 24, No: 46205.006451/2009-00**,  
557 Nome do Estrangeiro: Bruno Gerard Hugues Souvay, Chamante: Hugues Comércio De

558 Confecções Ltda, País França, UF: CE, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo deferido  
559 por unanimidade. **Processo 25, No: 46010.002949/2009-72**, Nome do Estrangeiro: Adriana  
560 Rocio Garzon Maldonado, Chamante: Alexandre Sérgio Cadete Basto de Abreu, País  
561 Colômbia, UF: RJ, Tipo de Visto: Temporário. Processo deferido por unanimidade.  
562 **Processo 26, No: 46000.033961/2008-67**, Nome do Estrangeiro: Clive Gavin Cook,  
563 Chamante: Fabíola Fernandez Shinkai, País África do Sul, UF: SP, Tipo de Visto: Visto  
564 Permanente. Processo deferido por unanimidade. **Processo 27, No: 46000.022109/2008-**  
565 **64**, Nome do Estrangeiro: Xu Meifang e dep, Chamante: Pan Guoliang, País China, UF: SP,  
566 Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo deferido por unanimidade. **Processo 28, No:**  
567 **46000.005291/2009-70**, Nome do Estrangeiro: Mafalda Camacho Sengo da Costa,  
568 Chamante: Maria José Camacho Henriques, País Portugal, UF: BA, Tipo de Visto:  
569 Permanência Definitiva. Processo deferido por unanimidade. **Processo 29, No:**  
570 **46000.021395/2009-21**, Nome do Estrangeiro: Gabriella Menon, Chamante: Giuseppe  
571 Menon, País Itália, UF: BA, Tipo de Visto: Permanência Definitiva. Processo deferido por  
572 unanimidade. **Processo 30, No: 08364.001744/2008-90**, Nome do Estrangeiro: Eurides  
573 Helena Mendes Azevedo Camacho, Chamante: Elivaldo Cristovao de Souza Pereira, País  
574 Cabo Verde, UF: PA, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo não relatado. **Processo 31,**  
575 **No: 08260.001817/2006-40**, Nome do Estrangeiro: Carlo Tantini, Chamante: Gersia Araujo  
576 Viana, País Itália, UF: BA, Tipo de Visto: Permanência Definitiva. Processo Não Relatado.  
577 **Processo 32, No: 46205.007747/2009-30**, Nome do Estrangeiro: Giovanni Fornito,  
578 Chamante: Guappo Bar e Pizzaria Ltda, País Itália, UF: CE, Tipo de Visto: Visto  
579 Permanente. Processo em Exigência: apresentação do termo de compromisso e manutenção,  
580 repatriação e assistência médica e do atestado negativo de antecedentes criminais; capital  
581 social integralizado. **Processo 33, No: 46000.012102/2009-15**, Nome do Estrangeiro: Lee  
582 Robert Mccallum e dep, Chamante: Elm Pousada Internacional Ltda., País Grã-Bretanha,  
583 UF: BA, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo em Exigência: apresentação do termo  
584 de compromisso e manutenção, repatriação e assistência médica e do atestado negativo de  
585 antecedentes criminais;capital social integralizado. **Processo 34, No: 46000.009254/2009-**  
586 **31**, Nome do Estrangeiro: Ramesh Surrendenath Sheombar, Chamante: Eurobras  
587 investimentos turísticos e Imob Ltda., País Holanda, UF: PE, Tipo de Visto: Visto  
588 Permanente. Processo Não Relatado **Processo 35, No: 46000.015210/2009-40**, Nome do  
589 Estrangeiro: Anja Hilde Rehberger, Chamante: Philipp Kehrer, País Alemanha, UF: RS,  
590 Tipo de Visto: Temporário. Processo deferido por unanimidade. **Processo 36, No:**  
591 **08256.004200/2008-15**, Nome do Estrangeiro: Vicente Hernandez Miñana, Chamante:  
592 Joabe Garces de Oliveira, País Espanha, UF: BA, Tipo de Visto: Visto Permanente.  
593 Processo deferido por unanimidade. **Processo 37, No: 46000.007865/2009-44**, Nome do  
594 Estrangeiro: Wolf Dietrich Hartmann, Chamante: Maria Aparecida Copriva, País Alemanha,  
595 UF: DF, Tipo de Visto: Permanência Definitiva. Processo deferido por unanimidade.  
596 **Processo 38, No: 08495.000093/2008-25**, Nome do Estrangeiro: Alain Vidal, Chamante:  
597 Paula Pagnoncelli Borba, País Suíça, UF: SC, Tipo de Visto: Permanência Definitiva.  
598 Processo deferido por unanimidade. **Processo 39, No: 08506.013236/2008-92**, Nome do  
599 Estrangeiro: Suzanne Shub, Chamante: Vivian Furquim Scaggiante, País Canadá, UF: DF,  
600 Tipo de Visto: Permanência Definitiva. Processo indeferido. **Processo 40, No:**  
601 **46000.012197/2009-77**, Nome do Estrangeiro: Antonio Lentini, Chamante: Gelateria  
602 Crema e Cioccolato Ltda, País Itália, UF: GO, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo  
603 retirado de pauta. **Processo 41, No: 46212.007910/2009-75**, Nome do Estrangeiro: Alex  
604 Knobel, Chamante: Anivalki Ltda, País Suíça, UF: PR, Tipo de Visto: Visto Permanente.

605 processo Retirado de Pauta. **Processo 42, No: 46000.010667/2009-68**, Nome do  
606 Estrangeiro: Nicole de La Roza, Chamante: Anna Purna Agricultura Ltda, País EUA, UF:  
607 PI, Tipo de Visto: Visto Permanente. Processo deferido por unanimidade. **Processo 43, No:**  
608 **08709.005464/2008-11**, Nome do Estrangeiro: Antonio Jorge Teixeira Félix, Chamante:  
609 Maria da Graça de Jesus Andrade Afonso, País Portugal, UF: SP, Tipo de Visto:  
610 Permanência Definitiva. Processo deferido por unanimidade. **Processo 44, No:**  
611 **08260.006105/2007-06**, Nome do Estrangeiro: Rosemaria Liotta De Souza Almeida,  
612 Chamante: Rosemaria Liotta De Souza Almeida, País Itália, UF: BA, Tipo de Visto: Visto  
613 Permanente. Processo indeferido. **PROCESSOS DEFERIDOS AD-REFERENDUM POR**  
614 **CUMPRIMENTO DO ARTIGO 2º DA RN 77/08 e referendados pelo Plenário:** 45 -  
615 Processo nº 46000.016717/2009-11; 46 - Processo nº 46220.003623/2009-97; 47 - Processo  
616 nº 46000.022761/2009-60; 48 - Processo nº 46220.001383/2009-96 ; 49 - Processo nº  
617 46000.014615/2009-61; 50 - Processo nº 46000.021411/2009-86 ; 51 - Processo nº  
618 46000.000223/2009-14; 52 - Processo nº 46000.017367/2009-18; 53 - Processo nº  
619 46208.006323/2009-28; 54 - Processo nº 46000.022046/2009-27; 55 - Processo nº  
620 46000.017368/2009-54; 56 - Processo nº 46000.015340/2009-82; 57 - Processo nº  
621 08506.001146/2009-30; 58 - Processo nº 46000.020538/2009-88; 59 - Processo nº  
622 46211.006751/2009-00; 60 - Processo nº 46000.023161/2009-19. **PROCESSOS**  
623 **INDEFERIDOS AD-REFERENDUM RESOLUÇÃO NORMATIVA 27/98 c/c RN**  
624 **45/00 e referendados pelo Plenário:** 61 - Processo nº 46204.008411/2009-02; 62 -  
625 Processo nº 46247.000341/2009-30. Não tendo outros assuntos a tratar o Senhor, Paulo  
626 Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração, CNIg, deu por encerrada  
627 a reunião às dezoito horas do mesmo dia.  
628